

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSOS CEE Nºs 2975/74,
3227/74, 3242/74, 3418/74,
3423/74.

INTERESSADOS: SAMUEL CERQUEIRA PEREIRA E OUTROS.

ASSUSTO: Pedido de equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem ministrado no Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional de São Paulo, Acordo Petrobrás/SENAI, de Cubatão.

RELATOR: Conselheiro João Baptista Salles da Silva.

PARECER Nº 207 /75, CPG; Aprovado em 18 / 12 /74.

Com. ao Pleno em 22 / 01 / 75
(Proc. n°s)

I- RELATÓRIO1. HISTÓRICO:

1.1- Samuel Cerqueira Pereira, Antonio Rubio Peixoto, Fernando Luis Inácio, Dilson Francisco de Medeiros, Adilson Morgado Santiago, com identificação e residência indicadas nos respectivos requerimentos, tendo concluído Curso de Aprendizagem Industrial no Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional de São Paulo, em regime de Acordo PETROBRAS/SENAI, em Cubatão, solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de 2º grau.

1.2- Os requerentes, realizaram os seguintes cursos:

1.2.1- Curso Primário, com a duração mínima de quatro séries, nos estabelecimentos de ensino que mencionam em seus requerimentos.

1.2.2- Curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 4 (quatro) "graus", no Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional de São Paulo, mantido pelo Acordo PETROBRÁS/SENAI, em Cubatão. Nesse curso, estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais incluindo Geografia do Brasil e História do Brasil, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Física e Prática Profissional.

1.5- Receberam Certificado de Aprendizagem correspondente às especialidades que estudaram.

1.4- A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE nº 19/65.

PROCESSO CEE Nº 2975 / 74 PARECER CEE Nº 207 / 752. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.5 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5 O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de quatro "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de quatro "termos", ou ainda, de quatro "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto ao mínimo previsto no Parágrafo único do Artigo 12, Deliberação CEE n° 14/73, isto é, 720 horas (2880 : 4 séries = 720 horas/aula, por série).

2.7 O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram é equivalente ao previsto pela Resolução CFE n° 8/71.

2.8 Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Samuel Cerqueira Pereira, Antonio Rubio Peixoto, Fernando Luiz Inácio, Dilson Francisco de Medeiros e Adilson Morgado Santiago no curso de aprendizagem ministrado no C.F.P. de São Paulo, Cubatão, Acordo PETROBRÁS/SNAI, como equivalentes aos cumpridos na oitava série, podendo, portanto, autorizar-se suas matrículas na primeira série do ensino do segundo grau.

Os interessados, sem prejuízo para a continuidade de seus estudos, deverão submeter-se a exames especiais de Geografia Geral e História Geral, a nível de primeiro grau.

São Paulo, 11 e dezembro de 1974

a) Conselheiro João Baptista Salles da Silva

Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Resolução de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada L. Monteiro, Maria de Lourdes M. Haidar, Eloysio Rodrigues da Silva e Therezinha Fram.